

Banco FINAXIS S.A.

(anteriormente denominado Banco Petra S.A.)

**Demonstrações Contábeis Consolidadas do
Conglomerado Prudencial acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente**

Em 31 de dezembro de 2016

Índice

	Página
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105 – 12º
andar
Vila Olímpia | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas e Administradores do
Banco FINAXIS S.A. (anteriormente denominado Banco Petra S.A.)
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco FINAXIS S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota Explicativa nº 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e Nota Explicativa nº 3 – Resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco FINAXIS S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e Nota Explicativa nº 3 – Resumo das principais práticas contábeis às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes fatos:

- a) As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco FINAXIS S.A elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 10 de março de 2017.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis descritos na Nota Explicativa nº 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e Nota Explicativa nº 3 – Resumo das principais práticas contábeis, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

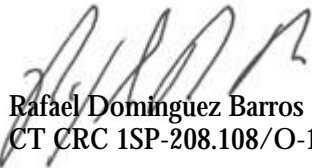
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de maio de 2017.



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1 "S" – PR

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – PR

Banco Finaxis S.A.

Balancos patrimoniais do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2016	2015
ATIVO			
Ativo circulante		30.676	24.833
Disponibilidades	4	4.063	1.356
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 / 5	19.756	15.280
Operação compromissada		19.756	15.280
Títulos e valores mobiliários	6	46	2.437
Carteira própria		46	2.437
Relações Interfinanceiras	7	300	300
Créditos vinculados		300	300
Outros créditos		6.151	4.935
Rendas a receber	9	4.373	3.982
Diversos	11	1.778	953
Outros valores e bens		360	525
Outros valores e bens		3	4
Despesas antecipadas		357	521
Ativo realizável a longo prazo		12.251	13.981
Títulos e valores mobiliários	6	12.175	12.181
Carteira própria		12.175	12.181
Outros créditos		76	1.800
Diversos	11	76	1.800
Permanente		1.218	1.448
Investimentos		147	139
Títulos patrimoniais		147	139
Participações em coligadas e controladas	12	-	-
Imobilizado de uso		975	772
Outras imobilizações de uso	13	2.880	2.024
(Depreciações acumuladas)		(1.905)	(1.252)
Intangível		96	181
Ativos intangíveis	14	751	878
(Amortizações acumuladas)		(655)	(697)
Diferido		-	356
Gastos de Organização e Expansão	15	-	778
(Amortizações acumuladas)		-	(422)
Total		44.145	40.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Balancos patrimoniais do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo circulante		23.816	19.176
Depósitos		18.363	13.418
Depósitos à vista	16	18.363	13.418
Outras obrigações		5.454	5.758
Sociais e estatutárias	-	-	196
Fiscais e previdenciárias	17	1.284	1.798
Negociação de intermediação de valores	10	443	625
Diversas	11	3.728	3.139
Exigível a longo prazo		746	892
Outras obrigações		746	892
Diversas	11	746	892
Patrimônio líquido	18	19.583	20.194
Capital de domiciliados no país		17.956	17.956
Reservas de capital		271	110
Reservas de lucros		1.323	2.098
Ajustes a valor de mercado - TVM e derivativos		33	30
Total		<u>44.145</u>	<u>40.262</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações do resultado do Conglomerado Prudencail para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2016		2015
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		1.759	3.518	2.743
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.065	1.491	1.868
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	694	2.027	875
Despesas da intermediação financeira	-	(14)	(210)	(18)
Operações de captação no mercado	-	(14)	(210)	(18)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.745	3.308	2.725
Outras receitas/ (despesas) operacionais	-	(965)	(1.129)	5.628
Receitas de prestação de serviços	20	23.397	44.667	41.171
Rendas de tarifas bancárias	-	2.402	4.572	3.846
Despesas de pessoal	21	(14.155)	(27.352)	(20.935)
Outras despesas administrativas	22	(9.157)	(16.830)	(13.253)
Despesas tributárias	-	(2.539)	(4.774)	(4.663)
Outras receitas operacionais	-	153	285	1.158
Outras despesas operacionais	-	(1.065)	(1.697)	(1.696)
Resultado operacional		780	2.179	8.353
Resultado não operacional		9	42	81
Resultado antes da tributação sobre o resultado		789	2.221	8.434
Imposto de renda e contribuição social	23	(755)	(1.468)	(3.171)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(480)	(1.265)	(2.784)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	(275)	(203)	(387)
Participações no lucro - empregados		(107)	(107)	(482)
(Prejuízo)/ Lucro líquido do semestre / exercício		(72)	646	4.781
Nº de ações		17.955.577	17.955.577	17.955.577
(Prejuízo) / Lucro líquido por ação (em R\$)		(0,00)	0,04	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		17.956	8	-	(71)	(1.619)	16.274
Atualização de título patrimonial (controlada)	-	-	(8)	-	101	-	93
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.781	4.781
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(954)	(954)
Reserva Legal	-	-	110	-	-	(110)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	2.098	-	(2.098)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>17.956</u>	<u>110</u>	<u>2.098</u>	<u>30</u>	<u>-</u>	<u>20.194</u>
Atualização de título patrimonial (controlada)	-	-	-	-	2	-	2
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	646	646
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(1.260)	-	-	(1.260)
Reserva Legal	-	-	161	(161)	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	646	-	(646)	-
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>17.956</u>	<u>271</u>	<u>1.323</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>19.583</u>
Mutações do exercício		-	161	(775)	3	-	(611)
Saldos em 30 de junho de 2016		<u>17.956</u>	<u>239</u>	<u>1.970</u>	<u>33</u>	<u>717</u>	<u>20.915</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	(72)	(72)
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(1.260)	-	-	(1.260)
Reserva Legal	-	-	32	-	-	(32)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	613	-	(613)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>17.956</u>	<u>271</u>	<u>1.323</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>19.583</u>
Mutações do semestre		-	32	(647)	-	(717)	(1.332)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2º semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
Atividades operacionais			
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício	(72)	646	4.781
Ajustes ao lucro/ (prejuízo)	42	409	453
Depreciações e amortizações	174	352	605
Constituição/ reversão de crédito tributário	275	203	(387)
Outras perdas de capital	-	-	139
Provisão para passivos contingentes	(407)	(146)	96
Variações em ativos e passivos	9.328	6.051	(21.403)
Aumento/ (redução) em títulos e valores mobiliários	1.524	2.395	(3.715)
Aumento/ (redução) em relações interfinanceiras	-	-	(150)
Aumento/ (redução) em outros créditos	857	507	(567)
Aumento/ (redução) em outros valores e bens	(184)	(185)	(153)
Aumento/ (redução) em depósitos a vista	7.654	4.900	(14.833)
Aumento/ (redução) em outras obrigações	737	(306)	(1.031)
Pagamento de Dividendos	(1.260)	(1.260)	(954)
Caixa líquido gerado das/ (aplicado nas) atividades operacionais	9.298	7.106	(16.169)
Atividades de investimento			
Aquisição (baixas) de imobilizado de uso	-	(64)	(309)
Aplicações (baixas) no intangível	-	95	(74)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	31	(383)
Aumento/ (Redução) líquido de caixas e equivalentes de caixa	9.298	7.137	(16.552)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	14.520	16.681	33.188
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	23.818	23.818	16.636
Aumento/(Redução) líquido de caixas e equivalentes de caixa	9.298	7.137	(16.552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco FINAXIS S.A. (Banco) em conjunto com a sua subsidiária FINAXIS Corretora de Título e Valores Mobiliários S.A. (Corretora ou CTVM) formam juntos o Conglomerado Prudencial FINAXIS (CPFINAXIS) nos termos da Resolução CMN nº 4.280/2013, Circular CMN 3.701/2014 e Carta-Circular 3.651/2014 e têm por objeto social a atuação no mercado financeiro, principalmente na administração de fundos e clubes de investimento.

O Banco FINAXIS S.A. (Banco), controlado pela Holding FINAXIS S.A. (99,25%), constituído em 23 de setembro de 2009 na forma de sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, foi autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 29 de janeiro de 2010, iniciando suas atividades operacionais em 23 de agosto de 2010. O objetivo pretendido de suas operações visa à atuação no mercado financeiro, principalmente na administração de fundos e clubes de investimento. Atualmente, as principais operações do Banco são aplicações em títulos e valores mobiliários, administração de fundos de investimentos, custódia de valores, prestação de serviços de controladoria e contabilidade e negociações de operações de créditos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas do CPFINAXIS tem finalidade específica de cumprir os requisitos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) estabelecidos por meio da Resolução CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares, normativos estes que estabelecem conceitos específicos de consolidação e que passaram a exigir das instituições financeiras, a partir da data-base 30 de junho de 2014, a divulgação de demonstrações contábeis auditadas do Conglomerado Prudencial. As demonstrações contábeis consolidadas do CPFINAXIS não se confundem com as demonstrações contábeis individuais das entidades que compõem o CPFINAXIS e que foram publicadas no jornal “Diário da Indústria e Comércio”, edição do dia 31 de março de 2017.

Além das determinações previstas na Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do CPFINAXIS foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do Bacen, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As demonstrações contábeis do CPFINAXIS incluem as demonstrações contábeis, conforme apresentado a seguir:

Empresa	Atividade	2016	2015
Participação direta no capital			
FINAXIS Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Instituição Financeira	100%	100%

Conforme determinado no Artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN, as Demonstrações Contábeis do CPFINAXIS abrangem a consolidação das entidades localizadas no país sobre as quais detenha controle direto ou indireto.

Durante o processo de consolidação, os saldos de transações entre empresas foram eliminados integralmente, respeitando o período de participação pela controladora.

As práticas adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pela subsidiária integral foram uniformemente aplicadas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) Pronunciamento conceitual básico (R1) “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008”;
- c) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- d) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- e) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- f) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;

- g) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução nº 3.973/2011;
- h) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial foram aprovadas pela Administração em 04 de maio de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalente caixa

Para fins de demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original de resgate igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro-rata dia” incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

e) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

f) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

g) Intangível

O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o CPFINAXIS irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos.

h) Redução ao valor recuperável de ativo

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis de 15 de setembro de 2009, em observância à resolução CMN nº 3.823/2009, conforme descrito a seguir:

- ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- as obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

j) Passivo circulante e exigível a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

k) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15%.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pro rata” dia.

m) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	4.063	1.356
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5) revendas a liquidar – posição bancada	19.756	15.280
	23.819	16.636

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016			2015		
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total
Operações compromissadas (*)	19.756	-	19.756	15.280	-	15.280
	19.756	-	19.756	15.280	-	15.280

(*) São representadas por aplicações no mercado aberto, lastreadas por títulos públicos federais com prazos de vencimento de um dia útil e não sofrem alterações no valor de mercado em virtude de sua natureza.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de títulos e valores mobiliários estavam assim representados:

Título	2016				2015	
	Sem vencimento e até 1 ano	Após 1 ano	Valor de mercado	Ajuste acumulado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários	Valor de mercado	Ajuste acumulado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários
Carteira própria	46	12.175	12.221	-	14.618	-
Letras financeiras do tesouro (a)	8	12.175	12.183	-	12.181	(3)
Cotas de fundo de investimento (b)	38	-	38	-	2.437	-
Total	46	12.175	12.221	-	14.618	(3)

a) Títulos disponíveis para venda

- (a) o valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA);
- (b) aplicações em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, sem vencimento devido a sua natureza.

7. Relações interfinanceiras – créditos vinculados

O CPFINAXIS mantém junto ao Banco Central em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o montante de R\$300, referente ao recolhimento compulsório de microcrédito.

8. Operações de crédito e cessão

O CPFINAXIS teve operações de empréstimo na modalidade Capital de Giro (pré-fixado e pós-fixado). O contrato de empréstimo tem a emissão pelo tomador de uma CCB (Cédula de Crédito Bancário) que dá direito de negociar a venda do contrato ou cédula. A negociação é oficializada via Cessão de Crédito sem retenção de riscos ou benefícios. Esse produto faz parte do plano de negócios da Instituição. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo em operações de crédito encontra-se zerado em virtude da Cessão de Crédito, conforme segue:

	2016 Exercício	2015 Exercício
Estruturação de CCB	126.172	302.338
Operações de crédito (valor presente)	(125.751)	(301.494)
Lucro ou tarifa na cessão	421	844

9. Outros créditos – rendas a receber

No CPFINAXIS, inclui valores a receber de serviço de estruturação de fundos, distribuição de cotas, taxa de administração dos clubes e fundos de investimentos e das carteiras de clientes administrados pela Corretora, no montante total de R\$4.373 (R\$3.982 em 2015)

10. Outras obrigações – negociação e intermediação de valores

No CPFINAXIS, refere-se basicamente aos saldos das operações da Corretora, por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, classificado nas seguintes categorias: pessoas físicas e jurídicas, instituições de mercado, diretores, sócios e acionistas e sociedades ligadas, no montante de R\$443 (R\$625 em 2015) para o passivo.

11. Outros créditos e outras obrigações - diversos

	2016	2015
Outros créditos diversos - circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	11	27
Créditos tributários – Res.3.068	863	72
Impostos e contribuições a compensar	569	545
Pagamentos a ressarcir (b)	333	305
Devedores diversos	2	4
Total	1.778	953
Outros créditos diversos - longo prazo		
Depósitos judiciais	5	806
Créditos tributários (Nota nº 23)	71	994
Total	76	1.800
Outras obrigações diversas - circulante		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	3
Despesas de pessoal a pagar	886	941
Outras despesas administrativas (c)	1.284	1.074
Credores diversos - País (d)	1.558	1.121
Total	3.728	3.139
Outras obrigações diversas - longo prazo		
Passivos contingentes (e)	746	892
	746	892

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos de férias para funcionários;
- (b) Refere-se basicamente a valores de despesas de cartório, taxas e impostos de fundos ativos que o Banco e a Corretora pagaram e depois solicitarão reembolsos e valores antecipados para a abertura de fundos, deixando disponível em seu portfólio para futuras comercializações;
- (c) Representado substancialmente por valores referente a Multas a Comissão de Valores Mobiliários;
- (d) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding FINAXIS S.A.;
- (e) Refere-se à provisão para contingências trabalhistas constituídas sobre processos considerados pelo departamento jurídico do CPFINAXIS com chance de perda provável.

A seguir composição das provisões para contingências por natureza:

	2016	2015
Ações trabalhistas	746	114
Ações cíveis	-	778
Total	746	892

Movimentação

	2016	2015
(=) Saldo inicial em 31 de dezembro	892	796
(+) Constituições	633	96
(-) Baixas	(779)	-
(=) Saldo final	746	892

Perdas possíveis

O CPFINAXIS possui ações de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2016 essas ações totalizavam R\$14.368 (R\$23.098 em 2015).

12. Investimentos

A Corretora é subsidiária integral do Banco e o saldo de investimento, composto pela participação na Corretora, é conforme quadro a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	5.930	5.930
Patrimônio líquido	7.294	6.277
Capital social	5.930	5.930
Ajuste a valor de mercado	107	99
Reservas de capital	1.257	248

A seguir apresentamos um sumário das informações contábeis da controlada:

	2016			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Controlada				
FINAXIS CTVM	9.437	2.144	7.294	1.009

	2015			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Controlada				
FINAXIS CTVM	9.423	3.146	6.277	3.052

13. Imobilizado

	2016				2015
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
Instalações	10%	818	(552)	266	37
Móveis e equipamentos de uso	10%	576	(233)	343	396
Sistema de comunicação	20%	84	(51)	33	37
Sistemas de processamento de dados	20%	1.365	(1.044)	321	231
Sistema de segurança	10%	18	(6)	12	17
Imobilizações em curso	-	-	-	-	54
Total		2.880	(1.905)	975	772

14. Intangível

	2016				2015
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Software	20%	751	(655)	96	181
Total		751	(655)	96	181

15. Diferido

	2016			2015
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	20%	-	-	356
Total		-	-	356

16. Depósitos a vista

	2016	2015
Pessoas físicas	2	-
Pessoas jurídicas - não ligadas	10.408	4.744
Pessoas jurídicas – depósitos vinculados	7.953	8.674
Total	18.363	13.418

17. Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Impostos e contribuições sobre salários	526	449
PIS e COFINS	228	212
ISS a recolher	173	210
Impostos retidos a recolher (a)	70	-
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	11	48
Contribuição ao F.G.C	2	2
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	188	877
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (Fundo imobiliário)	86	-
Total	1.284	1.798

(a) Representado por valores a recolher relativos a retenção de clientes que são recolhidos no CNPJ do Banco no papel de administrador.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social está representado em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193. da Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

b.2) Reserva de lucros

Em 2016 foi revertida reserva de lucros no montante de R\$775 para distribuição de dividendos, em 2015 foi constituída reserva de lucros no montante de R\$2.098.

c) Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202. da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações. Em 2016 foram distribuídos dividendos no montante de R\$1.260 (R\$ 954 em 2015).

19. Partes relacionadas

a) Partes relacionadas

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

- FINAXIS Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. –Controlada;
- Holding FINAXIS S.A. – Controladora.

b) Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas:

b.1) Remuneração da Administração

No exercício findo de 31 de dezembro de 2016, foram registrados no CPFINAXIS benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$4.155 (R\$2.999 em 2015).

b.2) Demais transações

Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/2009 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições negociadas entre as partes, no tocante a encargos e prazos, e são compostas pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding FINAXIS S.A.

	2016		2015	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Credores diversos	(1.154)	(12.579)	(593)	(9.762)
Holding FINAXIS S.A. (*)	(1.154)	(12.579)	(593)	(9.762)

(*) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding FINAXIS S.A

20. Receitas de prestação de serviços

	2016		2015
	2º semestre	Exercício	Exercício
Administração de fundos	7.025	16.042	18.863
Custódia de valores	7.858	15.461	14.188
Serviços de lastro	649	649	1.227
Serviços de NF-e	123	123	128
Controladoria e contabilidade dos fundos de investimentos	4.184	5.764	721
Estruturação dos fundos de investimentos	213	407	402
Distribuição de cotas (*)	753	1.801	3.241
Renda de comissão de colocação de títulos	69	421	-
Taxa de Gestão	73	134	123
Outras	2.451	3.866	2.278
Total	23.397	44.667	41.171

(*) Refere-se ao recebimento de comissões sobre a intermediação financeira realizada na coordenação, colocação e distribuição pública de cotas emitidas pelos Fundos Administrados pela Corretora e em 2016 representado substancialmente pelos seguintes fundos:

Fundo Geiser no montante de R\$ 216, FIDC Red no montante de R\$ 76, FIDC Sifra no montante de R\$ 1.056, FIDC Credit Brasil no montante de R\$ 321, FIDC Multirecebíveis no montante de R\$ 121 entre outros.

O percentual da comissão varia de 0,01 % a 0,07%, sobre o montante de cotas efetivamente colocado junto aos investidores.

21. Despesas de pessoal

	2016		2015
	2º semestre	Exercício	Exercício
Remuneração	9.356	17.837	12.831
Encargos	2.657	5.208	3.997
Benefícios	2.023	4.097	3.893
Treinamentos	119	210	214
Total	14.155	27.352	20.935

22. Outras despesas administrativas

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de processamento de dados (a)	3.020	6.156	5.452
Despesas de aluguéis	547	1.077	881
Despesas de depreciação e amortização	174	352	605
Despesas de viagens	185	373	297
Despesas de serviços técnicos especializados (b)	3.080	5.231	3.728
Despesas de serviços do sistema financeiro	273	628	539
Despesas de comunicação	30	77	95
Despesas de material	75	120	79
Despesas de promoções e relações públicas	363	497	60
Despesas de água, energia e gás	68	152	176
Despesas de manutenção e conservação de bens	72	112	66
Despesas de publicações	32	83	58
Despesas de transportes	45	97	79
Despesas de propaganda e publicidade	120	120	15
Outras despesas administrativas (c)	1.073	1.757	1.123
Total	9.157	16.830	13.253

- (a) Refere-se substancialmente as mensalidades dos módulos e aplicativos (Matera, YMF, Serasa, Sinacor, Unisistemas, entre outras) utilizados no CPFINAXIS, para desenvolvimento e controle das atividades das empresas, entre elas administração, custódia e controladoria dos fundos;
- (b) No CPFINAXIS, refere-se basicamente a serviço de coordenação e distribuição pública de cotas emitidas pelos Fundos Administrados pela Corretora, mencionado na Nota nº 20. Nessa operação, a Corretora pode contratar agentes autônomos de investimentos. As despesas de serviços técnicos especializados referem-se substancialmente ao pagamento de comissões sobre essas intermediações financeiras realizadas pelos agentes autônomos;
- (c) Representado substancialmente pela contribuição a associações (ANFAC e ABVCAP) e condomínio.

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações são assim apresentadas:

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucros/ (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e após participações	(206)	3.740	11.002
Adições/ (exclusões):	1.857	476	(2.015)
Lucro fiscal acumulado do semestre/ exercício atual	1.651	4.216	8.988
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(495)	(1.265)	(2.696)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo	1.156	2.951	6.292
Imposto de renda total	244	670	1.521
Imposto de renda 15%	173	443	944
Adicional de imposto de renda 10%	80	247	581
Dedução incentivo Vale Cultura	(2)	(2)	(4)
PAT	(7)	(18)	-
Total imposto de renda	244	670	1.521

Contribuição Social

	2016		2015
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucros/ (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e após participações	(206)	3.740	7.952
Adições/ (exclusões):	1.887	506	1.066
Lucro fiscal acumulado do semestre/ exercício atual	1.681	4.246	9.018
Base negativa compensado até a competência	(504)	(1.274)	(2.705)
Base de cálculo antes das compensações de base negativa	1.177	2.972	6.313
Contribuição social sobre o lucro líquido 15%	236	595	1.263
Total contribuição social	236	595	1.263

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2016		2015
	2º semestre	Exercício	Exercício
Impostos correntes:	(480)	(1.265)	(2.784)
Imposto de renda e contribuição social	(480)	(1.265)	(2.784)
Impostos diferidos	(275)	(203)	(387)
Imposto de renda e contribuição social	(275)	(203)	(387)
Total	(755)	(1.468)	(3.171)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2016, o CPFINAXIS possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados no montante de R\$1.930 e R\$1.904 respectivamente, para os quais foram constituídos créditos tributários diferidos no montante R\$863.

No quadro abaixo demonstramos a movimentação ocorrida:

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Reversão	Saldo em 31/12/2016
Prejuízo fiscal IRPJ	594	(112)	482
Base negativa CSLL	472	(91)	381
Total	1.066	(203)	863

Os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar não têm prescrição e podem ser compensados com resultados tributáveis futuros. A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários

Conforme a Resolução n° 3.059/2002 do CMN, as instituições recém constituídas podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco iniciou suas atividades operacionais em 23 de agosto de 2010. No primeiro semestre de 2011, após consolidação efetiva do início das atividades operacionais, voltadas substancialmente para administração de fundos e clubes de investimento, a Administração concluiu o estudo de realização do crédito tributário. Este estudo levou em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que foram determinadas pela Administração com base nas seguintes premissas:

- Prevemos um crescimento na receita bruta de prestação de serviços de 18,85% em 2017, 1,07% em 2018, e 4,76% em 2019.
- As despesas operacionais deverão ter uma redução de 6,86% em 2017, um aumento de 6,28% em 2018 e de 3,92% em 2019.

Para ajuste ao valor presente dos créditos tributários utilizamos a taxa Swap DI X PRé da BM&F do dia 30/12/2016 (2017 – 11,27%, 2018 - 10,76%) divulgado pela BM&F.

Descrição	Realização até		Saldo em 31/12/2016	Realização - VP		Total
	2017	2018		2017	2018	
Imposto de Renda – Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	482	-	482	433	-	433
Contribuição Social – Crédito Tributário s/ Base Negativa	381	-	381	342	-	342
Totais	863	-	863	776	-	776

24. Instrumentos financeiros derivativos

Durante o exercício de 2016 e de 2015, o CPFINAXIS não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

25. Gerenciamento de riscos gestão de capital

O Conglomerado Prudencial FINAXIS (“CPFINAXIS”), acredita que o Gerenciamento de Riscos e de Capital é um instrumento fundamental para conduzir um crescimento sustentável e rentável. Para garantir a adequação e eficácia no gerenciamento desses riscos, foi estruturada uma área que atua de maneira segregada as demais áreas de negócio da instituição e que está vinculada à Diretoria de Compliance e Riscos. A área de Riscos coordena diretamente as atividades relacionadas à gestão do capital, aos riscos de liquidez, mercado e operacional e também monitora as atividades relacionadas ao risco de crédito.

A gestão e o monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Prudencial FINAXIS, são realizados através de políticas, controles, estabelecimento de estratégias, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições, estando alinhados às diretrizes e ao apetite de riscos definido pela Alta Administração.

Mais informações sobre a estrutura de Gestão de Riscos e Capital podem ser encontradas no site do Banco FINAXIS S/A e da FINAXIS CTVM S/A (<http://finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/> e <http://corretora.finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>).

Abaixo está uma descrição sucinta da estrutura de gestão de riscos:

a) Gestão de Capital

A Gestão de Capital está ligada à gestão dos riscos da instituição, sendo essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o CPFINAXIS.

Gestão de Capital é um processo contínuo de avaliação, monitoramento, controle do capital frente aos riscos incorridos pela instituição e o planejamento de metas e de necessidade de capital considerando as estratégias adotadas. O CPFINAXIS mantém um nível adequado de capital em face aos seus ativos e passivos para a efetiva gestão do capital.

Isso é feito através de um processo compatível e consistente com a gestão dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional e outros riscos relevantes, bem como com suas metas orçamentárias.

A área de Gestão de Riscos é responsável pelas atividades relacionadas à Gestão de Capital, permitindo a segregação de funções e adequando suas atividades à complexidade e as características das operações do CPFINAXIS.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez relaciona-se com a incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O acompanhamento do Risco de Liquidez é realizado através do monitoramento diário do limite de caixa mínimo disponível, a partir de relatórios de posição de caixa e do fluxo de caixa projetado. Este controle é feito para evitar que o CPFINAXIS tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados.

Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis.

c) Risco de Mercado

Risco de Mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações de preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas.

Atualmente o CPFINAXIS atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação a risco de mercado. A carteira do CPFINAXIS possui somente títulos de não negociação (“banking”).

Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de Riscos de Mercado, são calculados mensalmente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional “CMN”.

d) Risco de Crédito

Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O Risco de Crédito do CPFINAXIS é, atualmente, considerado imaterial devido a atividade desenvolvido por este. O Risco de Crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas, aquisição de dívida (títulos e valores mobiliários públicos e privados).

Apesar disso, o CPFINAXIS possui uma área independente de crédito, e uma área de Gestão de Riscos que monitora as atividades, garantindo uma efetiva estrutura de gestão do risco de crédito.

e) Risco Operacional

Risco Operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos e externos, conforme Resolução do CMN 3.380/2006.

A Gestão de Risco Operacional é considerada pelo CPFINAXIS essencial para o bom desenvolvimento dos negócios. O CPFINAXIS possui políticas e procedimentos de identificação, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e classificação dos riscos e a área de Gestão Riscos tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de risco eficaz, através da utilização das informações da base de perdas reduzindo assim perdas operacionais e melhorando os controles.

O CPFINAXIS adotou a abordagem do Indicador Básico para apurar capital requerido de Risco Operacional, conforme estabelecido pela Circular 3.640/2013 do Banco Central do Brasil.

f) Limite operacional – Acordo da Basileia

De acordo com as exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13, o Conglomerado Prudencial FINAXIS gerencia o capital a fim de cumprir com os requerimentos mínimos exigidos. O Índice de Basileia tem o objetivo de garantir que os bancos tenham capital compatível com os riscos assumidos. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o Índice de Basileia.

	dez-15	dez-16
Patrimônio de Referência	19.246	18.856
Nível I	19.246	18.856
Capital Principal	19.246	18.856
Capital Complementar	0	0
Nível II	0	0
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	62.915	75.648
Crédito - RWA_{CPAD}	8.786	8.175
Mercado - RWA_{MPAD}	0	0
Operacional - RWA_{OPAD}	54.129	67.473
Índice Basileia	30,6%	24,9%

Valores em milhares

* * *